

Então, eu queria deixar esse registro do Fórum Estadual de Educação, desculpe o alongamento. Deputado Renan Ferreirinha, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Serafini) - Muito obrigado, Malvina, acho que a contribuição de vossa senhoria contempla muitos nós que estamos dedicados à Educação do Estado do Rio de Janeiro, achamos que a perda do prazo nesse debate agora reflete um conjunto de descompromissos os quais a gente tem deparado. É importante a senhora, como representante da sociedade civil, trazer aqui essa reflexão para a gente. A gente vai aqui, então, infelizmente, como muitas vezes tem sobrado para esse Parlamento, correr contra o tempo para tentar corrigir esse atraso que se apresentou.

Com relação ao Plano Estadual de Educação, a gente vai na semana que vem retornar as audiências públicas da Comissão de Educação, na verdade, estamos retomando hoje em conjunto com a Comissão de Tributação. Por isso a audiência pública que realizáramos nessa quinta-feira, com uma série de pautas pendentes da Comissão de Educação, foi jogada para a semana que vem. E vamos retornar as audiências sobre o calendário estadual de educação, que é fundamental, não pode continuar o Rio de Janeiro ficar sem o seu plano.

Então, deputado Renan Ferreirinha.

O SR. RENAN FERREIRINHA - Obrigado, Presidente Deputado Flávio Serafini, saudando mais uma vez todos os presentes aqui, colegas participantes da nossa audiência pública. Saudar também a professora Malvina, Ana Maria representando também aqui o TCE, não tinha falado anteriormente. Professora Malvina, faço também as suas palavras as minhas no que diz respeito à pouca priorização da educação no nosso estado, a gente poderia falar aqui do plano estadual da educação, de diversos outros temas referentes a isso. Obviamente, eu Ana Valentina aqui como representante, a gente não está direcionando à pessoa, mas ao estado que está aqui sendo representado e às diferentes gestões todas as dificuldades que acabaram acontecendo, mas que não podem servir de excusas permanentes para uma deterioração que a gente vem observando na Educação. E nesse tema, presidente, no que diz respeito ao ICMS educacional, eu dou até um passo para trás, sou autor do Projeto de Lei 820/2019, que versa sobre ICMS educacional, quando deputado dessa Casa eu apresentei o primeiro projeto sobre ICMS educacional aqui do nosso estado, isso antes de existir, deputado Waldeck Carneiro, a discussão no novo Fundeb que originou esse prazo de dois anos. Esse PL tramitou aqui na Casa, ele foi apresentado ao governo estadual e, infelizmente, nunca se teve a priorização por parte do governo para avançar em uma discussão que depois se mostrou obrigatória.

A gente pode até remeter há mais de um ano, eu apresentei esse PL em julho de 2019, é o número 820/2019, que a partir do momento que nós temos o Fundeb, com o novo Fundeb no dia 26 de agosto de 2020 sendo aprovado, passa-se ter, Deputada Martha Rocha, dois anos de prazo para que o estado pudesse avançar.

Falando nisso, se puder colocar a apresentação só para iniciar aqui.

Então, nesses dois anos o que salta e nos entristece...

Não é essa não, é a mesma apresentação que a secretária Andrea colocou. A parte final.

Então, nesses dois anos, a baixa interlocução que se teve com esse Parlamento no que diz respeito a esse tema. Não foi uma prioridade por parte da Seeduc...

Pode ir lá para baixo, por favor. Tem uma quebra no meio. Ai. Pode abrir no de cima. Isso.

Então, a baixa interlocução que se teve com o Parlamento sobre esse tema. Com a própria Undime, sendo secretário, parte da Undime, e aqui temos representação da Undime. Inúmeras tentativas da Undime de abrir uma interlocução com a Seeduc e malsucedidas. Não se tem, deputado Waldeck, por parte hoje da Seeduc, uma priorização quanto a isso.

Então, a gente precisa virar a página eleitoral no nosso estado e partir para a construção de política pública. Eu tenho certeza de que quem está presente aqui nessa sala tem o entendimento de que a gente precisa priorizar isso no nosso estado. E que se tem uma dívida acumulada muito grande perante a isso.

E o terceiro ponto que eu queria trazer é o fato de que os grandes casos de exemplos para gente nesse tema do ICMS educacional, das 27 unidades federativas, deputado Luiz Paulo, que precisavam aprovar nas suas Assembleias Legislativas, somente três estados não fizeram isso no prazo adequado. E como bem o deputado Waldeck disse, no Rio de Janeiro, o governo estadual mandou no dia 26 de agosto de 2022, que era uma sexta-feira, logo a primeira sessão possível plenária nessa Casa já era em setembro. Não se tinha possibilidade de discorrer no dia 31 de agosto, numa terça-feira, dentro do prazo. E o prazo era de aprovação. Não era um prazo de envio, era prazo de aprovação. Pensando na própria articulação que todo o estado junto com o Poder Legislativo, precisa ter. Somente três estados não aprovaram isso, Estado de São Paulo, Estado de Minas Gerais e o Estado do Rio de Janeiro. E se nós formos entender os motivos pelos quais o Estado de São Paulo e o Estado de Minas Gerais não aprovaram, são completamente diferentes do Estado do Rio de Janeiro. Sabe por que o Estado de São Paulo e o Estado de Minas Gerais não aprovaram? Porque as capitais nesses estados não têm interesse na aprovação. O que é completamente diferente do caso do Rio. A Capital do Rio de Janeiro não se opõe de forma alguma à aprovação desse projeto. Pelo contrário, cobra para que esse projeto seja aprovado no prazo adequado. Mas só que nos outros estados o fato de se ter uma perda de arrecadação por parte das capitais, que aqui no Rio de Janeiro, por tudo isso acabou por tantos anos, e mesmo se o Estado do Rio de Janeiro estivesse, se o Município do Rio de Janeiro estivesse recebendo, falo em meu nome, da secretária Andrea e o prefeito Eduardo Paes, não se teria nesse momento aqui uma objeção para que o estado estivesse perdendo.

Então, a gente precisa entender que hoje no Estado do Rio é o único que tem por parte do governo estadual uma letargia nesse caso. E aí nos casos onde nós tivemos uma aprovação bastante interessante, deputado Flávio Serafini, foi o caso do Estado do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Ceará. O Ceará tem esse projeto de ICMS educacional previamente aprovado ao novo Fundeb. Até essa parte constitucional que inspirou, deputada Martha Rocha conhece muito o caso do Estado do Ceará. Sobre isso foi o que inspirou que se entrasse no novo Fundeb.

E alguns princípios norteadores que a gente acredita que deve balizar a nossa discussão aqui. O incentivo à melhoria dos resultados de educação. Isso a gente tem como a meta aqui no estado. Várias emendas versam sobre isso. E quando a gente fala aqui de excelência de educação, a gente está falando sobre isso. Mas a gente também precisa falar sobre equidade na educação. A gente não acredita numa educação de excelência que não inclua equidade como um pilar fundamental. O segundo e o terceiro ponto versam sobre isso. A redução das desigualdades educacionais entre municípios. A gente quer que Miracema passe crescer. Mas a gente também quer que Areal possa crescer. A gente também quer que São Gonçalo possa crescer. A gente também quer que Caxias, que Niterói, que o Rio de Janeiro possam crescer. Ou seja, valorizando a equidade. E a promoção da equidade entre escolas e alunos dos municípios.

Então, não basta, por exemplo, na cidade do Rio de Janeiro, que uma escola no Fallet cresça tanto e melhore os seus índices educacionais enquanto uma escola na Vila Kennedy deixe muito a desejar. A gente quer crescer dentro da própria rede, com os próprios alunos. Falando e que a gente consiga atuar. E a Constituição com o novo Fundeb versa que precisam ser atingidos e incluídos os aspectos socioeconômicos. E se possível que a gente possa incluir os aspectos de gênero, de raça, para que a gente consiga ter uma educação com as suas diferentes perspectivas sendo abordadas.

E o quarto e o quinto pontos, que a gente consiga se inspirar nas melhores práticas. Eu vou falar brevemente sobre isso. E com foco no estado, garantia de acesso. Acesso às diferentes etapas é fundamental.

Pode passar por favor.

Aqui a gente coloca uma provocação, Deputado Luiz Paulo, que foi o que eu abordei anteriormente. Os outros estados que aprovaram esse projeto com as discussões necessárias, com as audiências necessárias, com toda a conversa, eles tiveram no mínimo de 15%. O menor é o Estado de Santa Catarina que aprovou 15%. Que a gente está usando como cases, né? Como inspirações. O Estado do Rio Grande do Sul colocou, como indica, a porcentagem de 17%. E o Estado do Ceará já é há muitos anos 18%. E há um entendimento acadêmico de que abaixo de 15% se dilui muito esses aspectos educacionais.

Então, nossa proposta aqui, e essa aqui é uma proposta de que todos os municípios vão passar a discutir e se adequar a isso, porque aqui, deputado Flávio Serafini, presidente, se a gente aumenta os critérios, a porcentagem baseada em indicadores educacionais, existe uma correlação em buscar a melhorar a educação ainda mais. E a preocupação que nós queremos é que a educação possa ser prioridade em todos os aspectos, professora Malvina. Porque esse dinheiro não é o dinheiro que vem só para educação. Esse é o ICMS geral. Que vai para todo o município. Para as diferentes áreas.

Então, passar nesses 25% que estamos discutindo, que os critérios educacionais possam corresponder 15% e o restante fique em 10%.

Então, é basicamente inverter. E a justificativa aqui, no curto prazo que nós temos, é: os outros estados que se debruçaram, diferentes acadêmicos que se debruçaram sobre isso, defendem muito o percentual de 17 e 18, e no mínimo de 15% para os critérios educacionais.

Pode passar, por favor.

Objetivamente, aqui, quais que seriam possíveis indicadores que a gente acredita que são fundamentais para estarem na mesa? A taxa líquida de matrículas em educação infantil.

Então, basicamente, a quantidade de criança que nós temos. O numerador, quantidade de crianças matriculadas na educação infantil. E o denominador, quantidade de crianças que deveriam ou poderiam estar na educação infantil.

Então, essa é uma pauta que eu acredito que tenha muita sonância aqui nessa Casa, de apoio a educação infantil. E que a gente consegue estimular, para que os municípios corram atrás cada vez mais, e junto com o estado de aumentar a quantidade de creche, de desenvolvimento infantil e por aí vai.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Serafini) - Deputado Ferreirinha. Pela hora e para ainda termos alguns interlocutores, queria pedir só que vossa excelência fosse...

O SR. RENAN FERRERINHA - Então, o segundo ponto, proporção de alunos da rede municipal em tempo integral. Que também é uma meta importantíssima para a educação. Esse diz respeito ao acesso.

Na aprendizagem, a gente colocou que o Saeb, como aprova. Mas até conversava ali com a secretária Marília, de Niterói, que o sonho seria a volta do Saerj. A gente tem a ausência de uma prova estadual e de um indicar estadual no estado, que os outros estados tem utilizados os seus próprios, o seu próprio indicador e estadual. Mas o Saeb é muito bem reconhecido e poderia ser um período transitório, a sua utilização que constitui o nosso Ideb(?). A nota padronizada obtida pelas provas do Saeb. Variação da nota em relação ao ano anterior, porque a gente não quer só quem está indo bem, mas o delta, ou seja, quem está melhorando. Isso está falando também sobre equidade. A taxa de participação dos alunos. A taxa de abandono e reprovação. Isso também é fundamental. Olhar para esse dado de uma maneira bastante crítica e que a gente precisa melhorar. E a proporção dos alunos com desempenho adequado. Isso aqui é diretamente proporcional. Ou seja, você distribuiu, pode distribuir aí em quartis ou quintis, dependendo de como fica. Quantidade de alunos que estão em um desempenho adequado diretamente proporcional. E a proporção de aluno com desempenho muito baixo. Que aí é inversamente proporcional. A gente quer diminuir a quantidade de alunos que estão com o desempenho inadequado.

Então, se você diminuiu isso, você consegue favorecer. O que não basta, a média ela pode enganar.

Então, basicamente isso. Esses dois juntos.

Dimensão socioeconômica, proporção de alunos com Auxílio Brasil. A gente precisa falar sobre a parte socioeconômica. Nesse indicador existe isso na Constituição com o novo Fundeb. A gente utilizou aqui a métrica do Auxílio Brasil, talvez seja maior disso. E o tamanho da rede de matrícula que todos os estados pós-novo Fundeb utilizam. Todos que os estados que aprovaram pós-novo Fundeb utilizam também o tamanho da rede. Que obviamente a gente pode discutir o tamanho de peso. A gente não colocou aqui os pesos, apesar de ter uma proposta de pesos dentro daquilo dali, de como ficaria.

Só passa para o último. Só para uma questão... Pode passar aí.

A gente só colocou aqui os modelos de referência. Quem quiser observar mais sobre Santa Catarina, Ceará e Rio Grande do Sul.

Então, concluindo, presidente, voltando...

Se puder voltar para o penúltimo.

Acho que o principal ponto que a gente precisa discutir aqui é se serão 10 ou 15%, na minha fala.

Então, defendendo aqui os 15%, usando aqui como referência os outros estados disso.

A questão do uso da matrícula e da quantidade de rede. Isso é fundamental para que a gente consiga estar de forma adequada com todos os outros estados conseguiram fazer.

E o quinto com a discussão se a gente utiliza Saeb ou Saerj. Mas o Saerj teria que ter um prazo para a retomada do Saerj. Para a construção do Saerj.

E concluo dizendo da importância que todos os deputados brilhantemente aqui colocaram, de a gente precisa amarrar mais em lei isso. A gente não pode deixar na mão de decretos, de resoluções, essa divisão tão importante para a finanças dos nossos municípios e do nosso estado.

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Serafini) - Obrigado, Secretário Renan Ferreirinha.

Passo a palavra agora para a Secretária Marília Ortiz, do Município de Niterói. E vamos aqui também apresentar a contribuição dela para esse debate.

A SRA. MARÍLIA ORTIZ - Bem, Deputado Renan Ferreirinha, a sua proposta é realmente muito interessante. Eu acho que ela é bem correta, coerente com as boas práticas, então, eu acho bem interessante. Várias emendas foram apresentadas pelo deputado Waldeck, pelo deputado Serafini. Acredito que a gente teria que discutir sobre como compor e aglutinar nesse indicador.

A título de contribuição, não sou especialista em educação, mas leio um pouco sobre o assunto. Eu também sugeri colocar a distorção idade/série, que eu acho um indicador muito importante, que afeta em demasia a evasão escolar, então, eu acho que esse é um indicador que seria importante a gente compor.

Bom, mas eu queria falar aqui sobre a parte fiscal de novo, sobre aqueles 15%. Tem uma discussão que o deputado Renan trouxe, os 10 ou 15 para a educação. A gente fez um estudo considerando 10, que foi apresentado na lei. Eu advogo, deputado, que a gente pode pensar em escalonar e aumentar a participação do índice de educação. Mas eu acho que a gente tem que testar primeiro. Os estados têm feito isso de maneira escalonada. E já houve uma tradição do Ceará de fazer isso. E eles modificam, segundo a gente conversou até com o especialista no tema, a secretária Andrea estava na reunião também. A equipe do Rio de Janeiro da Secretaria de Educação. O especialista que a gente convidou, que acompanhou o caso do Ceará, disse que lá eles fazem por ano um ajuste no indicador, a depender do que é prioridade naquele ano.

Então, se a prioridade é alfabetização, dar um peso maior para a alfabetização. Se é educação integral, da um peso maior para a educação integral.

Então, eu acho que a gente tem no Rio, no caso do Rio de Janeiro, ir amadurecendo a implementação desses critérios. E fazendo esse aumento da proporção do ICMS a partir do momento que isso vá tendo efeito.

Então, eu advogo por deixar estabelecido em 10% inicialmente, com a prerrogativa da gente poder ampliar isso em novos debates. Essa é a minha posição por hora. Mas, óbvio, estou aberta aqui à discussão.

Em relação aos 15% que ficariam, a gente tem hoje uma divisão, como eu já apresentei anteriormente, que nos 25 a gente tem o índice de população com 5,7, o índice de área com 6,4, o índice de receita própria com 0,3, o índice de cota mínima com 8,1, o índice de ajuste econômico em 1,7 e o IPM verde, como a gente chama, de 2,5. E aí o que a gente buscou fazer? Duas propostas para apresentar aqui, para caber tanto o Rio de Janeiro, nessa divisão para cumprir a decisão do STF. Como também para caber 15%, 10 da educação, né?

Só retificando o que eu falei. Na verdade, a gente distribuiu 12,5 e manteve os 2,5 do IPM verde, porque ele tem toda uma composição própria. Um regramento específico.

Então, a gente fez assim: no total, a população teria um peso de 3,2, área 3,5, receita própria 0,2, cota mínima 4,5 e o ajuste econômico 0,96. Essa composição basicamente mantém a mesma proporcionalidade de quando era 25, passando para 15. Na verdade, desculpa, 22,5.

E o abaixo. Pode passar para a próxima tabela, por gentileza.

A gente fez uma outra tabela. Desceu o cursor. A gente fez uma outra tabela dando um peso menor para área. E aí ficaria população 4, área 2,2, receita própria 0,3, cota mínima 5 o ajuste econômico 1. Essa é mais interessante, assim, porque eu acho fica um critério mais justo, pouco utilizado o fator área para a distribuição de ICMS nos estados em geral.

Então, acredito que fique um critério mais justo. E fica também mais fácil. Não fica aquele número tão quebrado. A gente fica 4, 2,2, 0,3 e 5 e 1.

E aí em relação à Capital, secretária Andrea, a gente deixou ali na região a Capital separada, né? Fora da Metropolitana. Também considerando a questão que a gente acha...

(FALA FORA DO MICROFONE)

A SRA. MARÍLIA ORTIZ - Está ótimo.

Então, assim, deputado Luiz Paulo, sei que carece de maior debate, discussão. Mas a gente já trouxe aqui uma proposta para facilitar, para a gente poder encaminhar. E eu acredito que o objetivo central dessa regulamentação, desse PL que a gente está discutindo aqui, é a questão da inclusão da educação. Esse eu acho que tem que ser o foco central. E eventualmente, se a gente pudesse até debater melhor os critérios de 15% em uma nova lei e manter a proporcionalidade, talvez fosse algo que ajudaria a acelerar o processo de aprovação.

Essas são as minhas contribuições.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Serafini) - Deputado Luiz Paulo.

O SR. LUIZ PAULO - Eu acabei de falar no telefone com o Deputado Presidente André Ceciliano sobre o transcorrer da audiência pública. E informei ao mesmo que quanto ao critério de 75 e 25 era muito tranquilo construir um consenso. Quanto à participação da Educação nos 25%, evidentemente que também é muito fácil construir um consenso. Que se seria 10 ou 15%, a gente estava debatendo. Mas que seria muito difícil, até porque a gente tem que nivelar conhecimento, a gente construir um consenso agora, no que tange ao retroativo de pagamento ao Município da Capital. Porque havia necessidade primeiro de a gente requisitar o processo que está lá na Casa Civil, que acabamos eu e o Serafini de fazer o ofício de requisição. E que também era muito difícil nessa manhã/tarde de hoje a gente construir critério de distribuição da Educação e até mesmo, quicá, dos 15% oriundos da lei de 1996.

Então, que seria necessária a retirada do projeto da pauta de amanhã. Porque senão nós vamos para uma votação em grande parte às cegas. E aí ganha aquele que tiver o palpite melhor. O que não é bom. E construir em cima do palpite o maior número de votos.

Dito isso, conversei aqui com o deputado Flávio Serafini e achamos que seria pertinente - e aí propondo ao Deputado Waldeck e à Deputada Martha Rocha - a gente manter a audiência pública já permanente até a data da votação. O projeto voltaria à pauta na próxima terça e a gente combinaria outra audiência pública aqui para focar especificamente na distribuição dos 10/15, que aí... Quando estou falando 10/15, somando 25, para que todos possam nivelar esse conhecimento. Porque essa audiência pública está trazendo uma questão importante: ela está nivelando a todos os presentes as hipóteses que cada um dos municípios tem aqui levantado.

Então, nessa segunda audiência pública a gente discutiria especificamente a questão do atrasado do município e a participação no 10/15.

Então, foi isso que a gente está tentando encaminhar, porque aqui... Volto a dizer: como audiência pública, o que a gente tenta são soluções que sejam as mais azeitadas possíveis. Porque se não for assim a disputa vai para o plenário. No plenário se decide pelo voto. E muitas vezes a decisão pelo voto não é a melhor solução. Às vezes, a melhor solução é aquela que é possível ser a melhor para um conjunto maior de partícipes e também evidentemente da Educação, que é função central do que nós estamos aqui fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Serafini) - Então, com esse retorno que o Deputado Luiz Paulo nos deu, a gente já tem o entendimento do que quer dizer o quê. A gente não vai encerrar essa audiência, a gente vai suspender e vai combinar com os participantes aqui a data da continuidade dela, ainda esta semana, para que a gente possa aprofundar. Mas ela não se encerra agora, que acho que as posições iniciais, é importante que sejam apresentadas. Por exemplo, a Undime ainda não falou. É uma representação importante. Temos outros municípios aqui que eu não sei se têm posições definidas sobre esses temas que a gente está debatendo agora, além do Tribunal de Contas. Não sei se o fórum vai querer fazer uso da palavra de novo e os demais deputados.

Então, a gente vai dar continuidade à audiência. Vamos seguir aqui mais ainda algum tempo. Proponho que seja pelo menos até as 13 horas, para a gente poder ouvir os atores que ainda não se colocaram. E vamos suspender para dar continuidade nos próximos dias. Pode ser?

A SRA. MARTHA ROCHA - Presidente, eu iria sugerir que a gente ouvisse de imediato a Undime.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Serafini) - Exatamente.

Então, a próxima inscrita, a gente deu prioridade aos secretários que trouxeram propostas sistematizadas. E agora vamos passar a palavra para o Charles, secretário e presidente da Undime. Obrigado, Charles, pela presença.

O SR. CHARLES MAGALHÃES - Consegue me ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Serafini) - Perfeitamente.

O SR. CHARLES MAGALHÃES - Bom-dia a todos. Quero cumprimentar os senhores componentes da Mesa, Presidente Serafini, junto com o Presidente Luiz Paulo. Queria agradecer desde o início o empenho do Deputado Waldeck Carneiro, da Deputada Zeidan, da Deputada Martha Rocha.

Senhor Presidente, nós nos sentimos... A professora Malvina muito bem falou: independente de pandemia, independente de tudo o que o estado tem passado, nós não podemos deixar a Educação como não sendo prioridade.

Então, a Educação tem que ser prioridade e, infelizmente, quando nós não temos um Plano Estadual de Educação, quando nós não temos uma regulamentação que era tão importante para que nós déssemos continuidade às ações educativas dentro dos nossos municípios...

Então, o Renan Ferreirinha, Deputado Renan, comentou e falou muito bem, nos preocupa - e aí eu fico feliz em ter os nobres Secretários de Fazenda dos Municípios, Niterói, Duque de Caxias, demais comentaram (não compreendido) porque sabemos o quanto serem afetados pela nova distribuição. Para cumprir o que foi determinado para a Capital.